

SUP.REGIONAL RECEITA FEDERAL 10A.RF/RS

## Aviso de Contratação 8/2025

### Informações Básicas

<b>Número do artefato</b>	<b>UASG</b>	<b>Editado por</b>	<b>Atualizado em</b>
8/2025	170177-SUP.REGIONAL RECEITA FEDERAL 10A.RF/RS	JEAN ANSELMO SERPA	16/10/2025 14:07 (v 0.4)
<b>Status</b>			
CONCLUIDO			

### Outras informações

<b>Categoria</b>	<b>Número da Contratação</b>	<b>Processo Administrativo</b>
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço não-continuado	124/2025	13033.194.632-2025-56

### 1. Objeto da Contratação Direta

1.1 Torna-se público que o(a) Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 10ª Região Fiscal, por meio do(a) Serviço de Programação e Logística da Divisão de Programação e Logística - Sepol/Dipol/SRRF10, realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento MENOR PREÇO, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa Seges/ME nº 67, de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais normas aplicáveis.

**Data da sessão: 23/10/2025**

**Horário da Fase de Lances: 09:00h às 15:00h.**

**Link:** <https://www.gov.br/compras/pt-br>

**Critério de Julgamento:** Menor preço

**Regime de Execução:** Empreitada por Preço Global

**Preferência ME/EPP/Equiparadas:** Não

1.2. O objeto do presente procedimento é a escolha da proposta mais vantajosa, por dispensa de licitação, para contratação de empresa para a prestação de serviços de manutenção corretiva com instalação e fornecimento de partes e peças do equipamento de inspeção por raios-X Nuctech MX9080TB, instalado no veículo “Van Escâner”, placas ITH8966, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

1.2.1. O prazo para a conclusão do serviço será de 30 dias após o primeiro dia útil do início da execução do serviço.

1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

## 2. Registro de preços

Não aplicável.

## 3. Participação na dispensa eletrônica

3.1. A participação na presente dispensa eletrônica ocorrerá por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, ferramenta informatizada integrante do Sistema de Compras do Governo Federal – Compras.gov.br, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, no endereço eletrônico [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).

3.1.1. O procedimento será divulgado no Compras.gov.br e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Registro Cadastral Unificado - Sicaf, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

3.1.2. O Compras.gov.br poderá ser acessado pela web ou pelo aplicativo Compras.gov.br.

3.1.3. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

3.2. Não poderão participar desta dispensa de licitação os fornecedores:

3.2.1.1. que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

3.2.1.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.2.1.3. que se enquadrem nas seguintes vedações:

- a. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- b. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- c. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- d. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na dispensa de licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- e. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;
- f. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

3.2.2. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

3.2.3. O disposto na alínea “c” aplica-se também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

3.2.4. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e

3.2.5. sociedades cooperativas.

3.3. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da dispensa eletrônica ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

4.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica ocorrerá com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

4.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do Aviso de Contratação Direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço ou o desconto, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

4.2.1. O fornecedor não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

4.2.2. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

4.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço ou o desconto ofertados, vinculam a Contratada.

4.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto;

4.4.1.A proposta deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

4.4.2. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será aquela correspondente à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual do tributo que constar da planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos pela legislação vigente.

4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 30 (trinta) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.9. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar Termo de Aceitação, em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.9.1. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.9.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

4.9.3. que se responsabiliza pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo-as como firmes e verdadeiras;

4.9.4. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.

4.9.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.10. O fornecedor organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.11. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, fica facultado ao fornecedor, ao cadastrar sua proposta inicial, a parametrização de valor final mínimo, com o registro do seu lance final aceitável.

4.12.1. Feita essa opção os lances serão enviados automaticamente pelo sistema, respeitados os limites cadastrados pelo fornecedor e o intervalo mínimo entre lances previsto neste aviso.

4.12.2. Sem prejuízo do disposto acima, os lances poderão ser enviados manualmente, na forma da seção respectiva deste Aviso de Contratação Direta;

4.12.3. O valor final mínimo poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, desde que não assuma valor superior a lance já registrado por ele no sistema.

4.12.4. O valor mínimo parametrizado possui caráter sigiloso aos demais participantes do certame e para o órgão ou entidade contratante. Apenas os lances efetivamente enviados poderão ser conhecidos dos fornecedores na forma da seção seguinte deste Aviso.

## 5. Fase de lances

5.1. A partir da data e horário estabelecidos neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

5.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.2.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

5.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou percentual de desconto superior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.3.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

5.3.2. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de **R\$ 50,00 (dez reais)**.

5.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

5.5. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.6. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance ou do maior desconto registrado, vedada a identificação do fornecedor.

5.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

5.7.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

## 6. Julgamento e aceitação das propostas

6.1. Encerrada a fase de lances, quando a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou abaixo do desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas.

6.1.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o menor preço ou o maior desconto, para que seja obtida a melhor proposta compatível em relação ao estipulado pela Administração.

6.1.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou abaixo do desconto definido para a contratação.

6.2. Em qualquer caso, concluída a negociação, se houver, o resultado será divulgado a todos e registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.

6.3. Constatada a compatibilidade entre o valor da proposta e o estipulado para a contratação, será solicitado ao fornecedor o envio da proposta adequada ao último lance ofertado ou ao valor negociado, se for o caso, acompanhada dos documentos complementares, quando necessários.

6.4. Encerrada a etapa de negociação, se houver, o pregoeiro verificará se o fornecedor provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e nos itens 3.3 e seguintes deste Aviso, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no processo de contratação direta ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.4.1. SICAF;

6.4.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

6.4.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

6.6. Caso conste na Consulta de Situação do fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o órgão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

6.6.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

6.6.2. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

6.6.3. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.7. Verificadas as condições de participação, o gestor examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Aviso de Contratação Direta e em seus anexos.

6.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.8.1. conter vícios insanáveis;

6.8.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

6.8.3. apresentar preços inexequíveis ou que permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.8.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.8.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

6.9. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar o conteúdo do objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

6.9.1 for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

6.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o fornecedor comprove a exequibilidade da proposta.

6.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.12. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

6.13. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

6.14. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, será iniciada a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

## 7. Habilitação

7.1. A habilitação dos fornecedores será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

7.1.1. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.

7.1.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

7.2. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares, indispensáveis à confirmação dos já apresentados para a habilitação, ou de documentos não constantes do SICAF, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, por meio do sistema, no prazo de 2 horas, sob pena de inabilitação. (art. 19, § 3º, da IN Seges/ME nº 67, de 2021).

7.3. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

7.4. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

7.5. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

7.6. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

7.7. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

7.8. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

7.8.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação

7.9. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

## 8. Ata de registro de preços

Não aplicável

## 9. Formação do cadastro de reserva

Não aplicável

## 10. Contratação

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será emitida Nota de Empenho, cujas regras aplicáveis a este instrumento encontram-se dispostas no Anexo I do Termo de Referência.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 2 (dois) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato **OU** aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

10.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), disponibilização de acesso à sistema de processo eletrônico para esse fim ou outro meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 08 (oito) dias, a contar da data de seu recebimento ou da disponibilização do acesso ao sistema de processo eletrônico.

10.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

10.3.1. a referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

10.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

10.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

10.4. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

## 11. Infrações e sanções administrativas

11.1. Comete infração administrativa o fornecedor que praticar quaisquer das hipóteses previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

11.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

11.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

11.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

11.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

11.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

11.1.6. celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação direta sem motivo justificado;

11.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

11.1.9. fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

11.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

11.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

11.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

11.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a. Advertência pela falta do subitem 11.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b. Multa de 0,5% ( por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 11.1.1 a 11.1.12;
- c. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 11.1.2 a 11.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- d. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 11.1.8 a 11.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º)

11.4. Todas as sanções previstas neste Aviso poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

11.5. Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)

11.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

11.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 *quinze* dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.9. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

11.10. a natureza e a gravidade da infração cometida;

11.11. as peculiaridades do caso concreto;

11.12. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.13. os danos que dela provierem para o Contratante;

11.14. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.15. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.16. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)

11.17. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)

11.18. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.19. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

## 12. Das disposições gerais

12.1. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

12.1.1. republicar o presente aviso com uma nova data;

12.1.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

12.1.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

12.1.3. fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

12.2. As providências dos subitens 12.1.1 e 12.1.2 também poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).

12.3. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

12.4. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

12.5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

12.6. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

12.7. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

12.8. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.



12.9. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

12.10. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

12.11. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

12.12. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

12.12.1 ANEXO I – Termo de Referência

## 13. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Assinará este documento no e-processo da contratação

**ANDRE LUIS SOUZA DA SILVA**

Autoridade competente

# Termo de Referência 57/2025

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
57/2025	170177-SUP.REGIONAL RECEITA FEDERAL 10A.RF/RS	JEAN ANSELMO SERPA	16/10/2025 13:44 (v 0.6)
Status			
ASSINADO			

<b>Categoria</b>	<b>Número da Contratação</b>	<b>Processo Administrativo</b>
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço não-continuado	124/2025	13033.194.632-2025-56

1.1 Contratação de empresa para a prestação de serviços de manutenção corretiva com instalação e fornecimento de partes e peças do equipamento de inspeção por raios-X Nuctech MX9080TB, instalado no veículo “Van Escâner”, placas ITH8966.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALORTOTAL
1	<p>Manutenção corretiva com instalação e fornecimento de partes e peças do equipamento de inspeção por raios-X Nuctech MX9080TB, conforme segue:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Fornecimento e instalação de 01 (um) equipamento Gerador de raios-x, conforme especificações do laudo anexo.</li> <li>Realização de calibração completa, testes de emissão, geração de gráfico e verificação de kV/mA, emitindo um diagnóstico técnico completo e final sobre o estado funcional do sistema.</li> <li>Limpeza geral da área onde se encontra instalado o sistema de raios X e fixação das carenagens de proteção/isolamento.</li> </ul>	8680	un	1	R\$ 50.980,00	R\$ 50.980,00

1.3 Todos os materiais a serem fornecidos deverão ser novos, com a embalagem original de fábrica lacrada, sendo que, em hipótese alguma a serão aceitos materiais reconicionados ou já utilizados anteriormente.



4.4. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, considerando a baixa complexidade e o reduzido risco de inadimplemento em conformidade com o princípio da razoabilidade e da economicidade, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas em caso de descumprimento contratual.

4.5. Para a execução dos serviços, as empresas devem ser autorizadas pela Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN, para a execução dos serviços.

## 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. O início da execução dos serviços será a partir do 3º (terceiro) dia útil após a confirmação do recebimento da Nota de empenho por parte da contratada.

5.2. Endereço para prestação dos serviços:

Aeroporto Internacional Salgado Filho - Porto Alegre

Av. Severo Dullius, 90010, Terminal 1

Bairro São João - Porto Alegre/RS

CEP.: 90200310

### 5.3. Horário:

Das 13:30 às 18:00 horas.

#### 5.4. Contato para realização da visita técnica:

Leandro Boniatti - 51 99313-0193

Ana Cristina Boldrini - 51 99386-4855

5.5. O prazo máximo para execução dos serviços será de 30 (trinta) dias corridos a partir do constante no subitem 5.1. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

## 6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. A contratante poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

6.6. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.7. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133 /2021, art. 117, §1º).

6.8. O fiscal técnico realizará as medições e aprovará os serviços executados, para posterior recebimento e liquidação.

6.9. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da entrega do objeto.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

- 6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 6.12. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 6.13. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
- 6.14. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos.
- 6.15. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- 6.16. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- 6.17. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- 6.18. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- 6.19. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto neste item.

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.1.1. não produzir os resultados acordados,

7.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.1.3. deixar de utilizar materiais exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2. Os serviços serão recebidos provisoriamente, quando verificado o cumprimento das exigências impostas neste instrumento.

7.3 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada entrega, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos ao Contratado, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.3.1 O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.3.2 A fiscalização não efetuará o ateste da medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.3.3 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

7.4 Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.5 Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 2 (dois) dias úteis após o recebimento provisório, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.5.1 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;



7.22. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

#### 8.2.4. Multa:

8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.

8.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

8.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.2.4.2. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

8.2.4.3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

8.2.4.4. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 3% (três por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

8.2.4.5. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento) do valor da contratação.

8.2.4.6. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## 9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de DISPENSA DE LICITAÇÃO - compra direta, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

9.2. O regime de execução do contrato será de empreitada por preço global.

9.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

### Habilitação jurídica

9.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio ;<https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;





9.25. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.26. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.27. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.28. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.29. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de **R\$ 50.980,00 (cinquenta mil, novecentos e oitenta reais)**, conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 deste termo de referência.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/unidade: 170177/0001

II) Fonte de recursos: 1032000000

III) Programa de trabalho: 04125003222370001

IV) Elemento de despesa: 339039

V) Plano interno: EQDETECCAO

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

1. 12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato (Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024)

1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O adjudicatário terá o prazo de 02 (dois) dias úteis, contado a partir da data de sua convocação, para aceite da Nota de Empenho - instrumento equivalente ao contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;

1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Dispensa Eletrônica, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

## 2. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

2.1. São obrigações do Contratante:

2.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

2.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

2.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

2.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

2.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

2.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência;

2.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

2.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

2.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

2.1.9.1. A Administração terá o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

2.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

2.1.12. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.13. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

3.1.14. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

2.1.17. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

2.1.18. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

2.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

### 3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

3.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

3.1.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal contratual ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados:

3.1.3. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das disposições do Termo de Referência e deste Anexo, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

3.1.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

#### 3.1.8.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT:

3.23. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

3.24. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

Fl. 282

3.25. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

3.26. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

3.27. Realizar os serviços de manutenção e assistência técnica no local definido em 5.2 deste TR;

3.28. Manter os empregados nos horários predeterminados pelo Contratante.

3.29. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá.

3.30. Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço.

3.31. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.

3.32. Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização contratual, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.

3.33. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.

3.34. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas na contratação, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

3.35. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante.

3.36. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.

3.37. Estar registrado ou inscrito no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade.

3.38. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.

3.39. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

3.40 Adotar práticas de desfazimento sustentável ou reciclagem dos bens que forem inservíveis para o processo de reutilização na execução do objeto contratado;

3.41 Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos sólidos estabelecidos na Lei nº 12.305/10 – Política Nacional de Resíduos Sólidos.

#### 4. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

4.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão da licitação ou da contratação, a partir da apresentação da proposta no certame, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

4.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

4.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

4.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

4.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do Contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

4.6. É dever do Contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

4.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

4.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

4.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

4.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

4.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

4.11. O presente instrumento está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

4.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

## 5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

5.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

5.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.

5.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:

5.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

5.3.2. poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual

5.4. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

5.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

5.4.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

5.10. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

5.10.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

5.10.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

5.10.3. Indenizações e multas.

5.11. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

5.12. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

## 6. DOS CASOS OMISSOS

6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

## 7. ALTERAÇÕES

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.







# LAUDO TÉCNICO

## Equipamento Nuctech MX9080TB



## Laudo Técnico

## 1. Identificação

Contratante	
Razão social	Superintendência da Receita Federal do Brasil na 10ª Região Fiscal
CNPJ	00.394.460/0147-97
Endereço	Av. Loureiro da Silva, 445, Centro Histórico - Porto Alegre/RS
CEP	90.010-420

Empresa executora	
Razão social	Techscan Importadora e Serviços LTDA
CPNJ	06.083.148/0001-13
Endereço	Rua Conselheiro João Alfredo 247, Macuco – Santos – SP
Contatos	+55 13 99650-5487

Responsável Técnico	
Nome	Marcio Rutigliano Bicudo de Lima Azevedo
Formação	Engenheiro eletricista
Nº do Conselho	Confea nº 2601379200 / CREA-SP 5062438140
Assinatura	
Carimbo e ART	ART – não se aplica

Equipamento	
Marca	Nuctech
Modelo	MX9080TB
Nº de série	Não identificado / Placa veículo - ITH8966
Ano	2010
Local de instalação	Aeroporto Internacional Salgado Filho - Porto Alegre - Receita Federal

## **2. Metodologia**

### **2.1. Descrição dos testes realizados (elétricos, eletrônicos, software, segurança etc.).**

Foram realizados os seguintes procedimentos técnicos durante a inspeção do equipamento de raio X, do gerador de energia e do veículo de suporte:

- **Inspeção Visual Técnica**

Realizada inspeção minuciosa em todos os componentes acessíveis dos sistemas. Essa análise permitiu identificar avarias físicas visíveis, desgaste de peças, presença de sujeiras, danos estruturais, vazamentos e mau estado geral de conservação.

Exemplos: trincas em carenagens, sujeira encrustada em tanque, danos na pintura, amassamentos e sinalização inoperante.

- **Teste Funcional Operacional**

Os sistemas foram ligados e operados em condições normais de uso para verificação de funcionamento e resposta. Foi avaliado o comportamento do gerador de raios X, desempenho do grupo gerador a diesel e do sistema elétrico/partida do veículo.

Foram observadas falhas de partida, mau funcionamento de subsistemas e comprometimento da estabilidade operacional.

- **3. Testes Elétricos e de Alimentação**

Verificações com multímetro digital foram realizadas para análise de tensões em baterias, continuidade de cabos e funcionamento da bomba de combustível. A bateria do veículo apresentou carga insuficiente, e a bomba do gerador mostrou falhas no fornecimento contínuo.

- **4. Verificação de Componentes Substituíveis**

Foram avaliados condições de filtros (ar e combustível), óleo lubrificante, mangueiras e demais itens de manutenção programada, com base na vida útil estimada pelo fabricante. Constatou-se saturação e necessidade de substituição imediata por vencimento ou degradação.

- **5. Avaliação de Segurança Operacional**

A integridade de proteções físicas e de itens de segurança (maçanetas, carenagens, sinalização visual) foi inspecionada, observando-se riscos operacionais devido ao mau estado de conservação ou inoperância dos mesmos.

### **2.2. Ferramentas utilizadas.**

Durante a execução dos serviços de manutenção e diagnóstico, foram utilizadas as seguintes



ferramentas e instrumentos técnicos:

- 01 Chave de precisão avulsa
- 01 Jogo de chave de precisão
- 01 Jogo de chave Torx
- 01 Jogo de chave Allen
- 12 Chaves Allen avulsas
- 03 Chaves Philips
- 05 Chaves de fenda
- 01 Jogo de chave combinada 6 a 22 mm
- 01 Jogo de catraca com 40 peças
- 01 Alicate universal
- 01 Alicate de bico
- 02 Alicates de corte
- 01 Alicate de pressão
- 01 Alicate decapador/desencapador
- 01 Alicate crimpador RJ45
- 01 Multímetro digital
- 01 Ferro de solda
- 01 Caneta detectora de tensão
- 02 Pincéis (limpeza técnica)
- 01 Testador de cabo de rede
- 01 Teclado mini
- 01 Num Pad (teclado numérico auxiliar)
- 01 Trena eletrônica
- **Produtos de Manutenção:**
- Álcool isopropílico
- Fluido de contato
- Silicone spray seco
- Limpa-contato
- Fitas isolantes, termo retrátil
- **Ferramentas de Diagnóstico e Software:**
- Notebook com softwares de diagnóstico
- Pendrive com firmwares e backups
- **EPIs:**
- Luvas antiestáticas

- Óculos de proteção
- Protetor auricular
- Bota de segurança
- Crachá e colete
- Dosímetro pessoal

### 2.3. Normas técnicas aplicadas (ABNT, ISO, IEC, ANVISA etc.).

Foram consideradas as seguintes normas técnicas e regulamentações vigentes, pertinentes à segurança, operação e manutenção de equipamentos radiológicos e sistemas elétricos:

- **RBAC 107** – Regulamento Brasileiro da Aviação Civil para segurança da aviação civil contra atos de interferência ilícita
- **NN 3.01** – Diretrizes da CNEN para proteção radiológica
- **NN 6.14** – Requisitos de segurança e funcionamento para equipamentos geradores de radiação ionizante
- **CONAMA 382/2006** – Dispõe sobre limites máximos de emissão de poluentes atmosféricos por fontes fixas
- **NBR 5410** – Instalações elétricas de baixa tensão (ABNT)
- **NR 12** – Norma Regulamentadora sobre segurança no trabalho em máquinas e equipamentos

### 2.4. Condições ambientais relevantes (temperatura, umidade, rede elétrica).

- Tensão de entrada: 220 V
- Temperatura ambiente: 11 °C
- Umidade relativa do ar: 89%
- Rede elétrica estabilizada e dentro dos parâmetros normais de operação

## 3. Diagnóstico

### 3.1. Descrição objetiva das falhas encontradas.

#### No equipamento de raio X:

- Gerador de raio X danificado;
- Maçaneta da porta da sala quebrada;



- Carenagens de proteção danificadas.

**No gerador de energia:**

- Tanque de combustível com sujeira encrustada;
- Filtros de ar e combustível saturados;
- Bomba de combustível saturada;
- Mangueiras com validade vencida;
- Óleo do motor saturado.

**No veículo:**

- Teto danificado;
- Sinalização do teto danificada;
- Bateria com vida útil comprometida;
- Pintura danificada.

**3.2. Localização dos problemas e impacto no funcionamento.**

Os principais problemas localizam-se no equipamento de raio X, no gerador de energia e no veículo de suporte, com impacto direto e significativo no funcionamento geral do sistema.

- **Equipamento de raio X:**

O gerador de raio X danificado impede a emissão adequada de radiação, comprometendo a realização dos testes funcionais essenciais para o diagnóstico completo. A maçaneta da porta da sala quebrada e as carenagens de proteção danificadas comprometem a segurança operacional e o acesso controlado ao equipamento.

- **Gerador de energia:**

O tanque de combustível com sujeira encrustada, filtros saturados, bomba de combustível comprometida, mangueiras vencidas e óleo do motor saturado impactam diretamente o funcionamento do gerador. Sem o gerador em pleno funcionamento, torna-se impossível realizar testes completos nos periféricos do equipamento de raio X, pois a emissão da radiação depende do fornecimento de energia confiável e contínuo. Dessa forma, a ausência do funcionamento do gerador inviabiliza uma avaliação completa do equipamento, comprometendo o diagnóstico e a manutenção corretiva eficaz.

- **Veículo de suporte:**

Danos no teto, sinalização comprometida, bateria com vida útil comprometida e pintura danificada afetam a segurança e operacionalidade do veículo, dificultando o transporte e suporte necessários para a manutenção dos equipamentos.

Portanto, a falha no gerador compromete o funcionamento global do sistema, sendo essencial sua imediata reparação para permitir a execução adequada dos testes e garantir a operacionalidade segura e eficiente do equipamento de raio X.

### **3.3. Causas prováveis (desgaste, erro de uso, falha de componente etc.).**

#### **No equipamento de raio X:**

- Gerador de raio X danificado, provavelmente decorrente do tempo de uso prolongado e possível fim da vida útil do componente, o que compromete a emissão adequada dos raios e a funcionalidade do equipamento;
- Maçaneta da porta da sala quebrada, causada por mau uso;
- Carenagens de proteção danificadas, causadas por vibração durante movimentação do veículo.

#### **No gerador de energia:**

- Tanque de combustível com sujeira encrustada, causada pelo combustível parado por longo período;
- Filtros de ar e combustível saturados, causados pelo desgaste natural;
- Bomba de combustível saturada, causada pelo desgaste natural;
- Mangueiras com validade vencida, causadas pelo desgaste natural;
- Óleo do motor saturado, causado pelo desgaste natural.

#### **No veículo:**

- Teto danificado, causado por colisão;
- Sinalização do teto danificada, causada por colisão;
- Bateria com vida útil comprometida, causada pelo fim da vida útil;
- Pintura danificada, causada pelo tempo parado.

### **3.4. Resultados de testes com comparação aos valores de referência.**

Foram realizados testes funcionais e visuais nos equipamentos, utilizando ferramentas específicas para avaliação elétrica, mecânica e operacional. Os resultados indicam que:

- O gerador de raio X apresenta desempenho abaixo dos parâmetros estabelecidos pelo fabricante, estando fora dos valores de referência para emissão de radiação e estabilidade operacional, evidenciando desgaste avançado e possível fim de vida útil.
- Componentes de segurança, como carenagens e mecanismos de acesso, apresentam danos que comprometem as condições normativas de segurança, não atendendo aos requisitos mínimos previstos nas normas técnicas aplicáveis.
- O gerador de energia não mantém os níveis adequados de fornecimento, devido à contaminação



do combustível, filtros saturados e componentes desgastados, afastando-se dos padrões recomendados para operação contínua e confiável.

- O veículo de suporte apresenta falhas mecânicas e elétricas, como bateria comprometida e danos estruturais, que não atendem aos parâmetros de segurança e funcionamento esperados para manutenção e transporte dos equipamentos.

Dessa forma, os resultados indicam que o conjunto está fora dos padrões normativos e operacionais recomendados, justificando a necessidade de intervenções corretivas imediatas para restabelecer a conformidade e garantir a segurança e eficiência do sistema.

### 3.5. Fotos ou vídeos com legenda e data.

<https://app3.auvo.com.br/informacoes/tarefa/116d4b81-20e8-4272-8dc5-afd54744c1d9?chave=k0A1m9Q4f1B1deFlc3bn8Q>

## 4. Peças e Substituições

### 4.1. Nome da peça, número de parte (part number), quantidade.

#### 4.1.1 Gerador Spellman (1 unidade)

Modelo: XRB160P&N192X3943

Tubo: BE3333

Tensão de saída: 80–160kV DC

Corrente de saída: 0,25–1,2mA

Tensão de entrada: 100–264V AC, 5A RMS

*Justificativa:* Equipamento danificado, impedindo o funcionamento completo do raio-X.

#### 4.1.2 Maçaneta inox 40cm (1 unidade)

*Justificativa:* Danificada, apresenta risco de acidente e prejuízo à segurança operacional.

#### 4.1.3 30 rebites com rosca M5 + 30 parafusos M5

*Justificativa:* Itens danificados; causam alto ruído dentro da cabine, afetando o ambiente de trabalho e a estrutura do acabamento.

#### 4.1.4 Tanque de combustível – Gerador Branco BD6500CFE (1 unidade)

*Justificativa:* Contaminação por sujeiras encrustadas; risco de obstrução e falha no funcionamento.

#### 4.1.5 Conjunto de mangueiras – Gerador Branco BD6500CFE(1 unidade)

*Justificativa:* Vencidas e ressecadas; risco de vazamento e incêndio.

#### 4.1.6 Filtro de combustível – Gerador Branco BD6500CFE (1 unidade)

*Justificativa:* Saturado; causa alto consumo de combustível e perda de eficiência.



**4.1.7 Filtro de ar – Gerador Branco BD6500CFE(1 unidade)**

*Justificativa:* Saturado; provoca falhas no funcionamento e aumento no consumo.

**4.1.8 Óleo 15W40 – 2 litros**

*Justificativa:* Saturado e vencido; risco de danos irreversíveis ao motor do gerador.

**4.1.9 Bomba de combustível – Gerador Branco BD6500CFE(1 unidade)**

*Justificativa:* Saturada; causa falhas recorrentes no funcionamento do gerador.

**4.1.10 Conjunto de mangueiras de combustível – Gerador Branco BD6500CFE(1 unidade)**

*Justificativa:* Danificadas/vencidas; risco direto de vazamento e incêndio.

**4.1.11 Bateria automotiva 95Ah (1 unidade)**

*Justificativa:* Fim de vida útil; risco de falha total do sistema de ignição do veículo.

**4.1.12 Giroflex amarelo (1 unidade)**

*Justificativa:* Danificado; ausência de sinalização visual compromete a segurança operacional.

**4.1.13 Teto do veículo**

*Justificativa:* Amassado; oferece risco de infiltração de água, danos elétricos e oxidação.

**4.2 Justificativa técnica da substituição.****4.2.1 Gerador Spellman (XRB160P&N192X3943)**

**Justificativa técnica da substituição:** O equipamento apresenta falha crítica no circuito de emissão de alta tensão, impedindo completamente a geração de raio-X. Durante os testes, foi constatado que não há emissão de kV nem mA, impossibilitando a geração de gráficos ou imagens no sistema. Sem essa emissão, torna-se inviável realizar qualquer verificação nos demais periféricos do equipamento, como detector, esteira ou sistema de aquisição de imagens. O defeito é persistente, mesmo após substituição de software, HD, placa gráfica e memórias. Os indícios apontam para falha interna grave no gerador, possivelmente relacionada ao tempo de uso e fim de vida útil da peça, conforme esperado para componentes com mais de 10.000 ciclos ou 5 anos de operação.

**4.2.2 Maçaneta inox 40cm**

**Justificativa:** Danificada fisicamente, oferece risco de acidentes e dificulta a operação da porta de acesso técnico.

**4.2.3 30 rebites com rosca M5 + 30 parafusos M5 para fixação dos acabamentos**

**Justificativa:** Diversos pontos de fixação dos acabamentos estão soltos, gerando ruído excessivo dentro da cabine de operação e risco de desprendimento de partes internas.

**4.2.4 Tanque de combustível – Gerador Branco BD6500CFE**

**Justificativa:** Contaminação interna por combustível envelhecido e impurezas sólidas, comprometendo o desempenho e aumentando o risco de falhas no funcionamento.

**4.2.5 Conjunto de mangueiras – Gerador Branco BD6500CFE**

**Justificativa:** Mangueiras ressecadas e vencidas, com risco elevado de vazamento e potencial incêndio.

**4.2.6 Filtro de combustível – Gerador Branco BD6500CFE**

**Justificativa:** Saturado por uso contínuo, aumenta o consumo de combustível e prejudica a performance do motor.

**4.2.7 Filtro de ar – Gerador Branco BD6500CFE**

**Justificativa:** Saturado e com obstruções, causa falhas intermitentes e eleva o consumo de combustível.

**4.2.8 litros de óleo 15W40**

**Justificativa:** Óleo saturado e escurecido, com sinais de degradação. Substituição necessária para evitar danos irreversíveis ao motor.

**4.2.9 Bomba de combustível – Gerador Branco BD6500CFE**

**Justificativa:** Apresenta falhas na alimentação de combustível, resultado do desgaste por uso prolongado.

**4.2.10 Conjunto de mangueiras de combustível – Gerador Branco BD6500CFE**

**Justificativa:** Mesmas condições das mangueiras principais, com risco de vazamento crítico e necessidade imediata de substituição.

**4.2.11 Bateria automotiva 95Ah**

**Justificativa:** Vida útil esgotada, não mantém carga suficiente para partida do gerador ou alimentação de emergência.

**4.2.12 Giroflex amarelo**

**Justificativa:** Danificado fisicamente, não executa sinalização visual, comprometendo a segurança operacional em ambientes externos.

**4.2.13 Teto amassado (veículo)**

**Justificativa:** Deformação visível com risco de infiltração de água, podendo atingir equipamentos sensíveis dentro da unidade móvel.

**4.3 Consequências da não substituição.****4.3.1 Gerador Spellman**

**Consequência:** Equipamento não funciona, comprometendo operações que dependem de energia contínua.

**4.3.2 Maçaneta inox 40cm**

**Consequência:** Risco de acidentes por falha no manuseio da porta ou acesso dificultado.

**4.3.3 30 rebites com rosca M5 + 30 parafusos M5 (fixação dos acabamentos)**

**Consequência:** Alto ruído dentro da cabine de operação, desconforto e perda de vedação.

**4.3.4 Tanque de combustível – Gerador Branco BD6500CFE**

**Consequência:** Possível contaminação do combustível, afetando o desempenho do motor

**4.3.5 Conjunto de mangueiras – Gerador Branco BD6500CFE**

**Consequência:** Risco de vazamento e incêndio por deterioração das mangueiras.

**4.3.6 Filtro de combustível – Gerador Branco BD6500CFE**

**Consequência:** Aumento no consumo de combustível e risco de falhas no motor.

**4.3.7 Filtro de ar – Gerador Branco BD6500CFE**

**Consequência:** Alto consumo de combustível e falhas no funcionamento do gerador.

**4.3.8 2 litros de óleo 15W40**

**Consequência:** Danos irreversíveis ao motor por falta de lubrificação adequada.

**4.3.9 Bomba de combustível – Gerador Branco BD6500CFE**

**Consequência:** Falhas no funcionamento do gerador, comprometendo a autonomia do sistema.

**4.3.10 Conjunto de mangueiras de combustível – Gerador Branco BD6500CFE**

**Consequência:** Vazamento de combustível e risco elevado de incêndio.

**4.3.11 Bateria automotiva 95Ah**

**Consequência:** Falha no funcionamento do veículo por falta de energia para partida e sistemas elétricos.

**4.3.12 Giroflex amarelo (danificado)**

**Consequência:** Falta de sinalização visual, comprometendo a segurança operacional e a conformidade com normas.

**4.3.13 Teto amassado**

**Consequência:** Risco de entrada de água no interior do veículo, podendo causar danos elétricos e à estrutura.

**4.4 Estimativa da vida útil restante (se aplicável).**

- **Gerador Spellman:** aproximadamente 5 anos ou 10.000 ciclos.
- **Conjunto de mangueiras do Gerador Branco BD6500CFE:** vida útil estimada em 3 anos.
- **Filtro de combustível (Gerador Branco BD6500CFE):** 500 horas de uso ou 2 anos, o que ocorrer primeiro.
- **Filtro de ar (Gerador Branco BD6500CFE):** até 5.000 horas de uso.
- **Lubrificante 15W40 (2 litros):** troca recomendada a cada 100 horas de uso ou 6 meses.

- **Bateria automotiva 95Ah:** vida útil estimada entre 2 e 3 anos, conforme condições de uso e manutenção.

## **5 Conclusão e Recomendações**

### **5.1 Condição geral do equipamento.**

O equipamento apresenta bom estado estrutural e conservação geral satisfatória, sem danos mecânicos relevantes visíveis. No entanto, **encontra-se inoperante devido à falha do gerador Spellman**, que não está emitindo radiação, não gera gráfico e não apresenta leitura de kV ou mA, impossibilitando testes funcionais completos.

Foram também identificados componentes com **vida útil esgotada ou próxima do limite**, como filtros, mangueiras e o óleo do gerador Branco BD6500CFE, que exigem substituição preventiva conforme especificações do fabricante.

#### **Recomenda-se:**

- Substituição do gerador Spellman por unidade compatível e funcional;
- Troca do conjunto de mangueiras, filtro de ar, filtro de combustível e óleo lubrificante;
- Verificação da bateria automotiva 95Ah e substituição, se necessário.

**Ressalta-se que somente após a substituição do gerador será possível emitir um diagnóstico técnico completo e definitivo** sobre o estado funcional do sistema. No entanto, **há boas perspectivas de que o equipamento retorne à normalidade operacional após as intervenções recomendadas.**

### **5.2 Conformidade ou não com normas e especificações do fabricante.**

O equipamento, no estado atual, **não atende às especificações operacionais do fabricante**, principalmente devido à **inoperância do gerador Spellman**, que impossibilita a emissão de radiação e a realização de testes funcionais.

Além disso, os componentes periféricos do sistema de alimentação auxiliar (gerador Branco BD6500CFE), como filtros, óleo lubrificante e mangueiras, estão com a vida útil vencida ou próxima do limite, descumprindo os prazos de troca definidos pelo fabricante, comprometendo a segurança e confiabilidade do sistema.

### **5.3 Recomendações de ações corretivas.**



- Substituição imediata do **gerador Spellman** por um modelo compatível e funcional;
- Troca preventiva dos seguintes itens do gerador Branco BD6500CFE: Filtro de combustível, Filtro de ar, Conjunto de mangueiras, Óleo lubrificante 15W40 e a bateria automotiva 95Ah

Após os reparos, realizar calibração completa, testes de emissão, geração de gráfico e verificação de kV/mA, assegurando o retorno da operação plena do equipamento.

#### 5.4 Prazo estimado para execução dos reparos (se solicitado).

Considerando a disponibilidade dos componentes e mão de obra técnica especializada, o prazo estimado para execução total dos reparos e testes de calibração é de 3 a 5 dias úteis, a contar da chegada do novo gerador Spellman e demais peças substituíveis. Esse prazo pode variar conforme logística e tempo de aprovação de orçamento pelo cliente.

**Ministério da Fazenda****PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO**

**O Ministério da Fazenda garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Art. 10, § 1º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001 e da Lei nº 12.682, de 09 de julho de 2012.**

A página de autenticação não faz parte dos documentos do processo, possuindo assim uma numeração independente.

Documento produzido eletronicamente com garantia da origem e de seu(s) signatário(s), considerado original para todos efeitos legais. Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.

**Histórico de ações sobre o documento:**

Documento juntado ao processo em 16/10/2025 14:00:51 por Jean Anselmo Serpa.

Documento assinado digitalmente em 16/10/2025 14:00:51 por JEAN ANSELMO SERPA.

Esta cópia / impressão foi realizada por JEAN ANSELMO SERPA em 16/10/2025.

**Instrução para localizar e conferir eletronicamente este documento na Internet:**

1) Acesse o endereço:

<https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx>

2) Entre no menu "Legislação e Processo".

3) Selecione a opção "e-AssinaRFB - Validar e Assinar Documentos Digitais".

4) Digite o código abaixo:

**EP16.1025.14060.I0H9**

5) O sistema apresentará a cópia do documento eletrônico armazenado nos servidores da Receita Federal do Brasil.

**Código hash do documento, recebido pelo sistema e-Processo, obtido através do algoritmo sha2:**  
**786C8B8658773B33810A0CD5D24D9F2A2931B44A18BC4110080CB51FAD9F9B39**



**Ministério da Fazenda**

## **PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO**

**O Ministério da Fazenda garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Art. 10, § 1º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001 e da Lei nº 12.682, de 09 de julho de 2012.**

A página de autenticação não faz parte dos documentos do processo, possuindo assim uma numeração independente.

Documento produzido eletronicamente com garantia da origem e de seu(s) signatário(s), considerado original para todos efeitos legais. Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.

### **Histórico de ações sobre o documento:**

Documento juntado ao processo em 16/10/2025 14:34:50 por Andre Luis Souza da Silva.

Documento assinado digitalmente em 16/10/2025 14:34:50 por ANDRE LUIS SOUZA DA SILVA.

Esta cópia / impressão foi realizada por JEAN ANSELMO SERPA em 16/10/2025.

### **Instrução para localizar e conferir eletronicamente este documento na Internet:**

1) Acesse o endereço:

<https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx>

2) Entre no menu "Legislação e Processo".

3) Selecione a opção "e-AssinaRFB - Validar e Assinar Documentos Digitais".

4) Digite o código abaixo:

**EP16.1025.16310.NW0W**

5) O sistema apresentará a cópia do documento eletrônico armazenado nos servidores da Receita Federal do Brasil.

**Código hash do documento, recebido pelo sistema e-Processo, obtido através do algoritmo sha2:**  
**1D5326F085AEB99EDF643A12748D40D264CBEC27918CC218BDE92E9A958D789E**